



**Manchester
Metropolitan
University**

Cardoso, Daniel ORCID logoORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7864-7531>
(2012) Reflex(ã)o nas sombras. Revista (in)visível, 1. pp. 124-129. ISSN
2182-4363

Downloaded from: <https://e-space.mmu.ac.uk/627511/>

Version: Published Version

Please cite the published version

<https://e-space.mmu.ac.uk>

REFLEX(Ã)O NAS SOMBRAS

Daniel Cardoso

"Everything in the world is about sex except sex. Sex is about power." – Oscar Wilde

Tive, há alguns meses, uma interessante conversa com uma pessoa de origem étnica não-ocidental. Essa conversa foi, nem de propósito, sobre a utilização da palavra "escravatura" em contexto BDSM¹. De acordo com ela, o uso da palavra demonstra um certo desrespeito cultural e o abuso de um privilégio branco e ocidental.

Esta é uma crítica válida. Não segue dela, porém, que se deva simplesmente abandonar a palavra – antes, motiva-nos a pensar criticamente sobre o seu uso. Este número da revista é dedicado a pensar a questão da escravatura – nas suas várias formas, mais e menos subtis, mais e menos agressivas, mais e menos criadoras de sofrimento. Então, para quê vir falar de BDSM, de práticas sexuais, de práticas de *prazer*? Dito de outra forma: não se está, com este artigo, a confundir as coisas, a menosprezar o peso e a importância da escravatura enquanto problema sócio-político?

Pretendo demonstrar que não. Como rede de poder que é, o BDSM possui, quando encarado reflexivamente, um potencial de desconstrução, catarse e análise que importa olhar mais de perto.

BDSM, PODER E CONSENSUALIDADE

Na medida em que uma das características do BDSM tal como ele é definido hoje em dia é a consensualidade dos actos², este perclunde a

1 Bondage [amarrar, atar, prender] e Disciplina, Dominação e Submissão, Sadismo e Masoquismo.

2 Existem duas grandes linhas gerais neste aspecto: SSC (Safe, Sane and Consensual) e RACK (Risk-Aware Consensual Kink) – respectivamente, "Seguro, São e Consensual" e "Tara consensual com percepção dos riscos" (note-se a apropriação da palavra kink e kinky). O ponto de partilha entre ambas as linhas gerais, ao nível

escravatura na sua faceta impositiva e objectificante. Porém, Pepper Mint (2007), no seu texto *Towards a general theory of BDSM and power*, demonstra que é precisamente a consensualidade que transforma o BDSM num jogo de poder explícito que, segundo o autor, "contrasta com a maior parte das formas de poder na cultura em geral, que são, na verdade, não-consensuais".

Existe uma grande quantidade de literatura académica dita feminista que pretende fazer uma crítica das práticas BDSM, argumentando que, em última análise, o facto de existirem aparentes reproduções dos estereótipos de género empregues dentro do sistema patriarcal, implica que o BDSM não passe de uma nova estrutura de reprodução desse mesmo sistema, mascarado de *empowerment*³. Segundo esta visão (e desde já acuso a minha própria simplificação do tema), a questão da consensualidade é uma falsa questão, já que se alinha com as críticas que Angela McRobbie (2008) faz à postura pós-feminista (que vê o feminismo como *passé*), na medida em que dá a ilusão de autonomia e *empowerment* quando, na verdade, se limita a reapresentar os mesmos velhos e cansados estereótipos. Uma análise aprofundada desta questão levar-nos-ia pela espinhosa estrada de saber como é que se diferencia entre agenciamento autónomo e agenciamento 'seguidista' (ou outras formas de agenciamento) – mas não faço intenções de seguir por aí.

Ao invés disso, pego aqui na leitura que Maneesha Deckha (2011, p 134) faz do BDSM, à luz da teoria pós-colonial feminista. Ao empregar um método de reflexão a que chama *world-travelling*, Deckha

da nomenclatura, é precisamente a consensualidade.

3 Ou seja, que a autonomia adquirida e exercida através destas práticas é, no fundo, uma ilusão.



pretende utilizar um enquadramento para olhar para coisas pouco conhecidas, práticas não-vividas, com o reconhecimento de que apressarmo-nos a julgar [...] gera resultados erróneos, culturalmente enviesados e geralmente arrogantes, que fazem lembrar a produção de conhecimento imperialista. Este método segue três passos: examinar a nossa cultura, procurar paralelos com o tema em análise e reconhecer os posicionamentos hegemónicos na representação do tema em análise. Ao invés de argumentar a favor ou contra as práticas BDSM, Deckha (2011) faz uma comparação entre vários elementos da cultura *mainstream* ocidental e da subcultura BDSM (algo que, embora não de forma tão articulada, Pepper Mint já tinha feito no seu artigo), olhando para como também a sociedade ocidental no seu geral valoriza e aceita outras práticas de dor (de onde a autora destaca o parto, ou os desportos de alta competição) e práticas de dominação/submissão (de onde a autora destaca o trabalho de secretariado, a academia e todo o ambiente corporativo e capitalista, globalmente). O objectivo desta comparação é pensar a forma diferenciada como umas e outras práticas são tratadas por essa crítica dita feminista, buscando possíveis contradições teóricas, fruto de uma visão hegemónica e potencialmente etnocêntrica.

No fim, argumenta Deckha (2011, p 139), temos maior liberdade de escolher (ou não) seguir práticas BDSM, do que de escolher (ou não) seguir e viver num mundo capitalista. A escolha de práticas BDSM é a escolha de uma identidade e subcultura vista como subordinada e também alvo de discriminação, o que não pode ser despreciando na forma como abordamos o assunto. Somos portanto remetidos para a questão do agenciamento – independentemente da forma como ele é avaliado, requer um exercício voluntário, explícito, de saída dos padrões estritos do “Círculo Encantado”, de Gayle Rubin (2007). Isto não faz do BDSM uma prática imanentemente feminista, ou imanentemente contestatária do sistema hetero-mono-normativo patriarcal – mas igualmente não pode ser visto como imanentemente reprodutor desse mesmo sistema sem se abolir, no processo, a autonomia identitária e erótica dos sujeitos envolvidos.

Assim sendo, e para voltar à questão da consensualidade, também ela não pode ser julgada aprioristicamente, apenas contextualmente – existem formas de coerção que nem a negociação consensual em contexto BDSM consegue obviar; existem limites pessoais que nem sempre conseguimos perceber ou saber *a priori*; existem capacidades e práticas que nem sempre sabemos que nos serão prazerosas; etc. A reflexividade que existe no processo é fundamental para se compreender até que ponto a autonomia dos sujeitos está a ser utilizada de uma forma *empowering*, ou apenas como máscara para reforçar dinâmicas potencialmente nocivas.

A CULTURA MAINSTREAM NA CAIXA DE AREIA

Na medida em que se verifica esta condição de reflexividade nas práticas BDSM, este fornece-nos “as ferramentas para fazer *sandboxing*⁴ às dinâmicas de poder [*mainstream*]” (Mint, 2007). Isto não é o mesmo que dizer que o poder em contexto BDSM está divorciado do resto do mundo em geral – muito pelo contrário. A “principal operação de poder do BDSM é um reclamar ou utilizar das dinâmicas de poder *mainstream* não-consensuais”, e é de lá que vêm a esmagadora maioria das práticas BDSM. Tal como no mundo da informática, também aqui este *sandboxing* tem uma série de utilidades práticas.

Pepper Mint (2007) aponta quatro grandes áreas em que este *sandboxing* pode ser empregue:

1. Para testar dinâmicas de poder (e.g.: será que consigo lidar com *ter* poder, ou com *entregar* poder?)
2. Para limitar dinâmicas de poder problemáticas (e.g.: como é que práticas de Dominação/submissão⁵ me podem fazer questionar a forma como pratico a minha masculinidade?)
3. Para separar determinados papéis de poder do seu carácter não-consensual (e.g.: como é que posso alterar as minhas práticas de género, estar sob a égide de uma figura de poder, ter acesso ao ‘outro lado’ de forma consensual?)
4. Para criar novas formas de poder (e.g.: será que um fetiche por látex é sexo?; e será que interessa se é ou não?; será que não se pode também constituir uma família BDSM?)

No contexto deste artigo, o ponto principal é o 3º – a separação da ideia de escravatura daquele que é o seu contexto mais habitual (a escravatura forçada). Mas quero abordar este ponto passando, entretanto, pelos outros. Embora esta distinção enunciativa tenha valor analítico, é importante não esquecer que todas estas facetas das operações e interações de poder entre a cultura *mainstream* e as práticas BDSM não são realmente separáveis, interagindo entre si.

4 Um termo que vem da informática, e que implica executar um programa em isolamento de todos os outros a operar no mesmo sistema operativo, de forma a limitar o impacto ou resultados indesejados da operação desse mesmo programa (e.g.: impedir um vírus informático de infectar o sistema operativo, mesmo ao ser executado).

5 Por Dominação entenda-se a pessoa que está a cargo da organização do que se passa naquela cena ou relação, quem pode dar as ordens e exigir obediência; do lado da submissão está a pessoa que obedece e defere perante alguém que se identifica como Dominador/a.

Ao passear na rua, de coleira e trela, é possível descobrir e alargar horizontes que, de outra forma, se arriscariam a ficar nas sombras, sem reflex(ã)o.

Relações de género, relações de sexo, de orientação sexual, de profissão, etnia, estatuto sócio-económico, critérios de vestimenta, de postura corporal, de linguagem, de olhar, de corpo, de uso de instrumentos – (quase) tudo está aberto à negociação (que, lembre-se, deverá ser reflexiva) e, portanto, à problematização (não podia deixar aqui de piscar o olho à Judith Butler (1999)). Agora poderão criticar: mas o que é que uma mulher ser submissa numa cena BDSM com um ou mais homens apresenta de desafio às questões de género e de patriarcado? A resposta mais simples será esta: a submissão da mulher numa cena assim terá que ser negociada, tendo em vista a vontade da mulher em questão, bem como de todas as outras pessoas envolvidas. Certamente que tal não acontece no dia-a-dia, onde os padrões normativos são isso mesmo: normativos, presentes e não-negociáveis, na sua maior parte, com o detalhe que podem ser dentro de uma cena BDSM. Na medida em que o BDSM trabalha com imensos estereótipos, possibilita que se olhe para esses estereótipos como sendo isso mesmo, favorecendo potencialmente a sua desnaturalização.

É assim que uma caixa de areia funciona: escolhemos o que entra e o que não entra, quando começar e quando acabar, quais os limites e qual o alcance do que lá dentro acontece. Da mesma forma, estamos dentro da caixa a fazer coisas, e fora dela, a olhar para o que lá acontece – isso ajuda a preparar para quando não temos ocasião de implementar esse espaço de segurança.

JOGAR NAS SOMBRAS

Easton e Hardy (2001, 2003) falam de *shadow play* – jogar nas sombras – como uma forma de praticar BDSM, em cenas que “entram em território psicológico profundo”, como é, por vezes, o caso

de cenas adulto/criança ou o recriar de traumas pessoais. Dentro desta categoria entram também as oportunidades de “explorar opressões histórico-sociais, como a escravatura, a queima de bruxas, a Inquisição ou o Holocausto” (2003).

Os desejos que sentimos mas não são aceitáveis – perante a sociedade, ou perante nós mesmos – ou as experiências que pertencem àquilo a que estas autoras chamam “a sombra” são, pela sua natureza, elementos para os quais dificilmente se tem uma oportunidade culturalmente aceite de lidar, ou de transformar em práticas e discursos. O espaço de uma cena BDSM permite uma exploração dessas fantasias, desses medos, desses traumas – permite uma catarse erótica, e a transformação de várias formas de sofrimento em “compreensão, cura ou resolução” (Easton & Hardy, 2003).

Embora a experiência de alguém que esteja como *top*⁶ ou como *bottom*⁷ numa determinada cena varie, jogar nas sombras pode fornecer-nos uma possibilidade de lidar com temas que são, mais do que frequentemente, mantidos em silêncio, ou em que o discurso sobre esses temas é rigidamente vigiado e codificado. Jogar com a escravatura pode então representar uma forma de reflectir corporalmente, esteticamente, psicologicamente, (in)directamente, sobre quais são as nossas práticas que recuperam ou combatem esse elemento da História (e das histórias diárias, presentes), quais são as práticas que nos permitem criticar a escravatura, e mesmo quais aquelas que nos permitem conquistar, pessoalmente, esse tabu.

Aqui, tanto uma pessoa ocidental como uma

6 Termo utilizado para quem, numa sessão, toma o lugar dominante.

7 Termo utilizado para quem, numa sessão, toma o lugar de submissão.

pessoa não-ocidental podem tomar o papel do escravagista; aqui, tanto uma pessoa ocidental como uma pessoa não-ocidental pode tomar o papel do escravo; tanto um homem cisgênero⁸ como uma mulher cisgênero o podem fazer. Cada pessoa terá as suas razões para querer adoptar uma ou outra posição dentro da cena – ou mesmo alternar entre uma e outra, consoante a narrativa que queira impor à situação! – mas o importante é que a base destes jogos nas sombras se encontra no equilíbrio de responsabilidade e consensualidade entre dois ou mais sujeitos eróticos, investidos em procurar reflectir sobre experiências passadas, presentes e futuras.

EXCURSO

Isto vai contra o que Fátima Freitas (2011) defende no número anterior desta mesma publicação. A autora afirmou que “No BDSM se entende que a entrega é de amb@s e que o sub é quem ‘comanda’ na verdade, pois é est@ que estabelece os limites e as práticas a serem realizados pel@ dom/me.” Esta afirmação, dentro do contexto da análise foucauldiana, causa estranheza – se a “entrega é de amb@s”, então certamente esta entrega representará uma circulação de poder que é, de facto, de “amb@s”. Afirmar que apenas quem está na posição de submissão tem o poder real – uma palavra que certamente faria Foucault (Foucault, 1994) olhar com suspeição – é esquecer que, na medida em que estamos perante dois ou mais sujeitos que acordam uma determinada cena, e estabelecem os limites da sua intimidade, qualquer dos sujeitos tem também a liberdade de se retirar dessa mesma cena. Tivesse apenas a pessoa submissa o “poder real”, e a pessoa dominadora não seria mais do que um objecto de execução das fantasias eróticas da pessoa submissa – e aqui, se trocássemos a perspectiva para a da pessoa dominadora, iríamos encontrar a pessoa submissa também apenas como um acessório de prazer. Se recorrermos à conhecida prática da “palavra de segurança” – uma palavra previamente combinada que faria a cena parar, independentemente das razões – vemos que qualquer pessoa, em qualquer cena, pode fazer essa mesma cena parar. Uma pessoa dominadora tem gostos e desgostos que podem ser tão específicos quanto os de uma pessoa dominada; e antitéticos face aos desta, até.

É verdade que a visão de que cada papel é apenas um instrumento na mão do seu aparente antípoda se assemelha ao que Deleuze (1989) comenta sobre os sádicos, os masoquistas, e as relações entre estes: que um sádico nunca quereria encontrar-se com um masoquista, ou vice-versa, porque o prazer que o masoquista derivaria estragaria o prazer do sádico, e a ausência de limites de um sádico destruiria a experiência do masoquista.

Porém, ao invés de argumentar que existe então um desequilíbrio constituinte na experiência BDSM, prefiro argumentar que aquilo de que Deleuze fala pouco tem que ver com o que se pode caracterizar como uma “experiência BDSM”, do ponto de vista da constituição de sujeitos auto-identificados como tal. Alguém que se identifique como “sádico” ou como “masoquista” (ou como “top”, “bottom”, etc...) não se encontra numa linha de continuidade com as personagens Sadianas, ou de Sacher-Masoch. Apar de outras identidades sexuais, também o sado-masiquismo e as outras práticas associadas ao actual BDSM se têm vindo a redefinir longe da psiquiatrização (Foucault, 1994, 2000) e patologização dos comportamentos sexuais considerados “desviantes”.

Existem pessoas que praticam as chamadas relações BDSM 24/7 (“vinte e quatro sobre sete”, ou seja, permanentes), em que os papéis de escravatura e de posse estão fixos e penetram todo o quotidiano da vida dessas pessoas; outras há que limitam as suas sessões ou cenas a espaços e tempos definidos, com despertador incluído para saberem quando chega a altura de terminar. Importam pouco, creio, estas variações de estilo ou preferência – cada uma tem os seus desafios específicos e as suas características próprias, que se adaptam às necessidades e constrangimentos de vida das pessoas em questão, ou que são produto disso mesmo.

Ressalvo, no entanto, uma coisa: não é por alguém fazer *bottoming* numa sessão BDSM que envolva a temática “escravatura” que passa automaticamente a ter acesso à experiência que alguém escravizado teve. O objectivo, e o argumento que aqui se faz, não é esse. Da mesma maneira, alguém que faz *topping* numa cena desse género também não se transforma num digno representante de um qualquer império

⁸ Quando a identidade de género socialmente atribuída coincide com a subjectivamente utilizada.

colonial. Não é a mesma experiência, mas também não é a ausência de experiência. Não é um ponto de chegada, ou de partida, mas antes um ponto de passagem num percurso de reflexividade, que elícita emoções fortes, que coloca as pessoas que participam num momento de fragilidade extrema, que pode também ser um momento de cura extrema, usado para auto-crítica, crítica histórica, pesquisa filosófica, corporal, identitária.

Poder. Todos os dias o praticamos, todos os dias somos praticados por ele, dispostos por ele, ao passo que dispomos dele, com ele, através dele. São raros os momentos de que dispomos para congregar, numa situação, um processo de evisceração e reimplementação arbitrária (ou antes, arbitrada: consciente e definida) dos modos como o poder afecta vontades, desejos, prazeres, corpos, história(s), culturas. Ao reaplicar práticas, adjectivos, insultos, dores e privilégios de forma decidida e não-determinística, demonstramos como o poder, na sua forma presente, não é senão transiente, igualmente arbitrário, e definitivamente não-natural. É possível, assim, voltar à lista de há pouco, e reencontrar nestas práticas exemplos e facetas das várias linhas que ligam BDSM a práticas de poder, e usar essa percepção para mobilizar cada uma das linhas ao encontro de tarefas críticas de reflexão, de prazer, de rearticulação.

Ao passear na rua, de coleira e trela, é possível descobrir e alargar horizontes que, de outra forma, se arriscariam a ficar nas sombras, sem reflex(ã)o.

“Eu acho que o S&M é [...] a criação de novas possibilidades de prazer, que as pessoas não faziam ideia que existiam.

Pode-se dizer que o S&M é a erotização do poder [...]. Claro que existem papéis, mas toda a gente sabe bem que esses papéis podem ser revertidos [...] ou, quando os papéis são estáveis, sabe-se sempre bem que é sempre um jogo.” (Foucault, 2000)

#

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Butler, J. (1999), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1st ed.), Routledge.
- Deckha, M. (2011), *Painas culture: A postcolonial feminist approach to S/M and women's agency*. *Sexualities*, 14(2), pp. 129-150, doi:10.1177/1363460711399032
- Deleuze, G., & Sacher-Masoch, L (1989), *Masochism*, Zone Books.
- Easton, D., & Hardy, J. W. (2001), *The New Bottoming Book*, Greenery Press.
- Easton, D., & Hardy, J. W. (2003), *The New Topping Book*, Greenery Press.
- Foucault, M. (1994), *História da sexualidade I - A Vontade de Saber*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Foucault, M. (2000), « Sex, Power and the politics of Identity », In P. Rabinow (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984, Subjectivity and truth* (Vol. 1, pp 163-173), London, Penguin.
- Freitas, F. (2011), « Sadomasoquismos e pornografia », In *Revista (In)visível*, Edição Zero, pp. 36-43.
- Hegel, G. W. F. (1998), *Phenomenology of spirit*, Motilal Banarsidass Publ.
- McRobbie, D. A. (2008), *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*, Sage Publications Ltd.
- Mint, P. (2007, Junho 11). *Towards a general theory of BDSM and power*. *freaksexual*. Blog, [em linha] disponível em <http://freaksexual.wordpress.com/2007/06/11/towards-a-general-theory-of-bdsm-and-power>, consultado em 31 de Dezembro de 2011.
- Rubin, G. (2007), « Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality » In R. Parker & P. Aggleton (Eds), *Culture, Society and Sexuality: A Reader* (2nd ed.), Routledge.